

Êxito de Lisboa incomoda italianos

A sombra do acordo de Lisboa projecta-se sobre Roma, onde as negociações de paz para Moçambique não saem do impasse. Os mediadores italianos passam à defensiva, depois do sucesso português. E reagem: «Neste momento nada justifica a entrada de um terceiro país no processo»

Manuela Paixão

Roma

AS DELEGAÇÕES do governo moçambicano e da Renamo interromperam esta semana as negociações de paz em Roma para consultas separadas com Joaquim Chissano e Afonso Dlakhama.

Esta nova pausa num processo que se arrasta sem progressos sensíveis desde o ano passado poderá estar relacionada com pressões exercidas sobre os mediadores italianos, depois do êxito português no caso do acordo de paz para Angola.

Instada por «O Jomal» a pronunciar-se, uma fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano colocou-se na defensiva, rejeitando qualquer paralelismo entre os casos de Moçambique e de Angola.

«Sabemos que a imprensa portuguesa tem, nos últimos dias, relacionado os dois casos, mas eles são diferentes. O facto de Portugal ter conseguido a reconciliação na sua ex-coló-

nia, tendo êxito onde americanos e soviéticas falharam, não significa que o mesmo se vá repetir em Moçambique», disse.

A mesma fonte defendeu o papel que vem sendo desempenhado pelos mediadores italianos, afastando a possibilidade, entretanto aventada, de uma intervenção portuguesa:

«Até ao momento, nenhum dos problemas que têm atrasado as negociações está relacionado com a preparação dos mediadores. Penso mesmo que as duas delegações estão satisfeitas com eles. Por isso, nada justifica que um novo país [Portugal] passe a fazer parte do grupo de mediadores».

Esta declarações reflectem um certa incomodidade do governo italiano que, através do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, alinhou com a Comunidade de Santo Egídio nesta tentativa para levar as

duas partes a um acordo de paz. Recorde-se que o governo italiano tem na sua mão um poderoso instrumento de pressão sobre os negociadores, dado que Moçambique figura entre os países do Terceiro Mundo para os quais é canalizada a maior fatia do auxílio concedido pela Itália a fundo perdido.

«Pouco, pouquíssimos» resultados

A mesma fonte do MNE italiano classificou como «exas-

perante» a lentidão com que decorrem as negociações e admitiu a ausência de progressos significativos nas conclusões.

«Isto não quer dizer que não se está a avançar, mas apenas que os resultados são poucos, pouquíssimos», declarou a «O Jomal» depois de admitir que «os próprios mediadores começam a achar exasperante a excessiva lentidão com que os temas são abordados, sem conclusões ou passos em frente significativos».

Coincidindo com este «re-

gresso às bases» das duas delegações, circularam informações em Roma dando como provável um próximo encontro entre Joaquim Chissano e Afonso Dlakhama. A notícia foi desmentida pela delegação da Renamo, apesar de considerar que um «frente-a-frente» entre os dois dirigentes poderia desbloquear as negociações.

Eleições motivam desacordo

Nesta nova ronda negocial

— a sexta — os delegados do governo moçambicano e da Renamo esbarraram logo no primeiro ponto da agenda: a questão das eleições.

«Parece um ponto fácil, mas não é. Quando se encontrar uma solução vamos todos achar que foi o “ovo de Colombo”», disse a nossa fonte.

O impasse reside neste momento no facto de a Renamo não aceitar qualquer acto eleitoral realizado ao abrigo de legislação aprovada pelo actual governo de Maputo.

Da mesma forma, a Renamo rejeita a proposta governamental no sentido de a formação de novos partidos ser feita através da apresentação de listas com pelo menos cem assinaturas recolhidas em cada província do país, contrapondo com a apresentação de apenas uma lista nacional, elaborada sob supervisão de um organismo internacional (ONU).

O governo moçambicano discorda, afirmando que o importante é realizar as eleições e só depois tratar de questões de pormenor que entroncam na reorganização política do país.

«Apesar da boa vontade manifestada por ambas as partes não foi ainda possível encontrar uma plataforma, mesmo que temporária», confirma a fonte ouvida por «O Jomal».

É para tentar resolver este impasse que as duas delegações regressaram esta semana a África, colocando o problema nas mãos de Joaquim Chissano e Afonso Dlakhama.



Alto à guerra, a grande urgência
Homoine, 1986: um massacre que veio nos jomais